



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA –
PRPGP CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE
COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

CÍNTIA DE FÁTIMA SILVA ARAÚJO

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

CAMPINA GRANDE – PB

2014

CÍNTIA DE FÁTIMA SILVA ARAÚJO

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

Trabalho final, apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento dos requisitos necessários para conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663e Araújo, Cíntia de Fátima Silva
Educação cooperativista [manuscrito] / Cíntia de Fátima
Silva Araújo. - 2014.
48 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão de Cooperativas de
Crédito) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Rômulo Marinho do Rêgo,
Departamento de Matemática".

1. Educação cooperativa. 2. Prática educativa. 3.
Cooperativa de crédito. 4. Princípios cooperativistas. I. Título.
21. ed. CDD 334.2

CÍNTIA DE FÁTIMA SILVA ARAÚJO

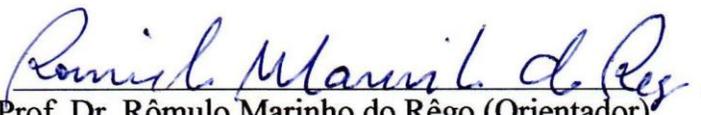
EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

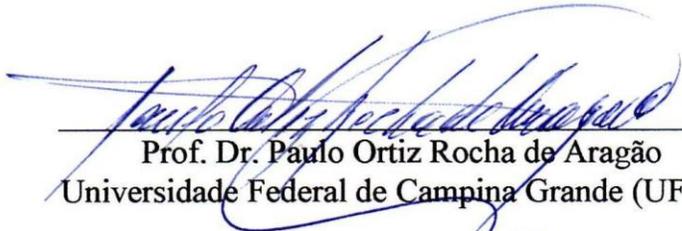
Trabalho final, apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento dos requisitos necessários para conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito.

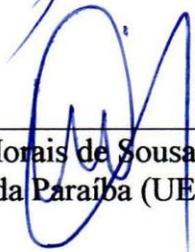
Orientador: Rômulo Marinho do Rêgo

TRABALHO APROVADO EM 23/04/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Rômulo Marinho do Rêgo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)


Prof. Dr. Cidival Morais de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Diretores do SICCOB COOPREV e ao Conselho de Administração que contribuíram para realização desta Especialização.

*“Nada na vida se perde.
Quando erramos, adquirimos aprendizado,
quando corrigimos um erro, adquirimos conhecimento, e,
quando ajudamos alguém a corrigir um erro, demonstramos ter adquirido sabedoria.”*

Rafael Silveira

RESUMO

O presente trabalho pretende falar sobre aproximações e distanciamentos, entre o corpo teórico da educação cooperativa e as práticas adotadas nas cooperativas. Registrando a importância, significados e desenvolvimento da educação cooperativa. Através do conceito de cooperação e cooperativa, diferencia sua prática na empresa privada, e a cooperação do capitalismo, pelos aspectos econômico e político, à luz da doutrina e da norma. A valorização da cooperação é plenamente estudada como alternativa de produção e subsistência humana, no mercado capitalista hegemônico. A autogestão e autonomia, como construtores de espaços de poder no Estado Democrático de Direito são abordadas. Discute sobre a replicação do modelo social hegemônico, das relações de poder e das representações no interior das cooperativas. Verifica a educação cooperativista como instrumento de saber e de poder, legitimador e garantidor dos interesses cooperativistas. Enfoca a importância histórica recente da educação cooperativista, mostrando sua fragilidade no mundo prático, nos pontos de contato entre o conjunto teórico da educação e as práticas produtivas internas nas cooperativas.

Palavras-Chave: Educação Cooperativa. Discurso. Teoria. Prática educativa.

ABSTRACT

This paper intends to talk about similarities and differences between the theoretical body of cooperative education and practices in cooperatives. Registering the importance, significance and development of cooperative education. Through the concept of cooperation and cooperative, differentiates its practice in private enterprise, and cooperation of capitalism, the economic and political aspects in the light of the doctrine and standards. The appreciation of the cooperation is fully studied as an alternative production and livelihoods, the hegemonic capitalist market. Self-management and autonomy, as builders of spaces of power in a democratic state are addressed. Discusses the replication of hegemonic social model of power relations and representations within the cooperatives. Checks the cooperative education as an instrument of knowledge and power, legitimizing and guarantor of cooperative interests. Focuses on recent historical importance of cooperative education, showing its fragility in the practical world, at the contact points between the theoretical set of education and domestic productive practices in cooperatives.

Keywords: Cooperative Education. Speech. Theory . Educational practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
1.1 A COOPERAÇÃO E SUA ORIGEM.....	08
1.2 COOPERAÇÃO.....	13
2 EDUCAÇÃO COOPERATIVA.....	20
2.1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO COOPERATIVA.....	25
2.2 COOPERAÇÃO E COOPERATIVA NA ECONOMIA DE MERCADO	28
3. A EDUCAÇÃO COOPERATIVA E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS SOLIDÁRIAS.....	34
3.1 DISCURSO POLÍTICO, IMPORTÂNCIA E RELAÇÕES DE PODER.....	36
3.2 DESCASO DAS COOPERATIVAS COM A EDUCAÇÃO COOPERATIVA.....	40
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

O processo participativo no trabalho do ser humano é tema de vários estudos, observando-se sempre a necessidade de motivação e valorização das pessoas envolvidas. À medida que os recursos humanos capacitados para as diversas funções diretivas, gerenciais e operacionais, aliada à conscientização dos associados das cooperativas, em relação ao papel econômico-político e social em que estão organizados, diretamente sofre a contribuição de um Sistema Cooperativo, atingindo as demandas pré estabelecidas no movimento de trabalho.

A natureza de Responsabilidade Social Corporativa, se apresenta como base dos princípios éticos de uma sociedade. Dessa forma, inerentes à cultura organizacional e aos processos da empresa como caracterização de valores e atitude mais humanos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A COOPERAÇÃO E SUA ORIGEM

Dos primórdios da humanidade, temos a origem da cooperação. No momento em que as sociedades agrárias já utilizavam plenamente este conceito, no trabalho, na produção e na propriedade, tendo sempre como resultado ações de caráter coletivo. Desta forma, em uma economia de subsistência ocorria o desenvolvimento de uma mutualidade. Apesar do desenvolvimento populacional e da escassez de alimentos, as populações realizavam o escambo, que era troca de bens entre si, numa ideia de autodefesa.

A cooperação é encontrada ao longo da História em diversas civilizações. São inúmeros os exemplos que revelam a cooperação no que se refere à realização do trabalho coletivo. Desta forma, possibilitando a sobrevivência dos diversos grupos. Entre esses exemplos, verifica-se a exploração de terras na Babilônia, os enterros e sepulturas na Grécia Antiga, os colégios de Roma, as leitarias comunitárias na Armênia, as pastagens coletivas na Romênia, entre tantos outros.

A partir do momento em que aparece a desigualdade entre os indivíduos, e grupos sociais, na participação da produção e distribuição das riquezas e dos bens materiais

produzidos, observa-se o surgimento de constantes lutas sociais, marcando a história da sociedade, da cooperação e da ajuda mútua.

Muitas propostas de cooperação, de intelectuais do século XVII e XVIII, ocupavam-se, não tanto com a crítica ao sistema econômico, mas com a elaboração de recomendações e projetos utópicos. Tais projetos resultariam, segundo estes intelectuais, na transformação da cultura social da sociedade.

O Cooperativismo tem sua origem na Europa, no final do Século XVIII, momento de situações econômicas difíceis. Setores mais modestos da população e mais numerosos, buscaram soluções baseadas na associação de esforços, para compensar desta maneira a debilidade individual de seus componentes com a força de seu grupo.

O Movimento Associacionista apresentou várias manifestações no campo trabalhista, político e sócio-econômico, corroborando para o aparecimento das modernas Organizações Cooperativas.

Os Princípios essenciais à Cooperação, não são mero exercício acadêmico, são também problemas de ordem prática. Para se ter uma autêntica cooperativa esta deve estar organizada e funcionar com base nos princípios ou normas fundamentais cooperativas, mas estes Princípios ou Normas não são de caráter absolutamente imutáveis, e devem manter sua vigência através dos anos, segundo Klaes & Salm (1997).

Desde 1844, os princípios ou normas fundamentais, nunca deixaram de ser contempladas, como Princípios basilares do Cooperativismo. Dentre eles, sempre tem sido mantido o Princípio relativo ao “desenvolvimento e à promoção da educação, a formação e informação”. Dos sete Princípios aprovados pelo Congresso Internacional de Cooperativas de 1937 em Paris, quatro foram considerados como principais, pois abarcavam os aspectos do associativismo e econômico, e três complementares, dentre os quais encontramos o Princípio da Educação. Já no Congresso Cooperativo Internacional de 1966, em Viena, o Princípio da Educação ascendeu a condição de fundamental, o que no Congresso de 1995 em Manchester na Inglaterra foi ratificado.

As entidades que atualmente conhecemos com a denominação de cooperativas, surgiram na Europa, em fins do Século XVIII, como uma reação popular de defesa frente às situações de injustiça e abuso derivados das condições imperantes. O ambiente sócio-econômico da época se caracterizava pelas seguintes circunstâncias:

- a) escassa intervenção do Estado nas atividades econômicas;
- b) predominância das doutrinas individualistas;

- c) significativa evolução tecnológica a qual determinou a Revolução Industrial;
- d) desumanas condições de trabalho impostas no início da Revolução Industrial;
- e) desumanas condições gerais de vida;
- f) situação de absoluto desamparo da maioria da população frente aos intermediários.

A cooperação, como um processo social, é também um fenômeno que, se encontra em constante mudança. Através dela, um grupo ou indivíduo interage e estabelece relações que acarretam mudança e passem de uma determinada situação para outra diferente.

Desta forma, a cooperação é uma das características dos processos sociais chamados associativos, em contraposição aos dissociativos, como é o caso da competição, conflito, oposição.

A cooperação está além da individualidade de cada um, sugere tarefas e normas que superam a vontade individual.

Neste sentido Hiebsch e Worweg (1992) expressam que:

A natureza social do homem mostra-se claramente no fato de os homens viverem em grupos, e isto desde o início de sua existência, e que sua vida está dependente da vida dos outros membros do grupo. A natureza do homem necessita da cooperação.

Esses autores entendem que a cooperação como processo social, segundo as deduções por eles realizadas a partir da análise feita por MARX do modo capitalista de produção. Também citam que a cooperação existe sob a forma de processos econômicos (portanto, captáveis do ponto de vista do valor), mediante a interação social dos homens. Segundo esses teóricos, a cooperação humana é o ponto de partida básico da investigação psicossociológica e o seu objeto é a interação social.

Frente a estas situações tão afligentes, os setores mais modestos da população, que eram ao mesmo tempo os setores mais numerosos, buscaram soluções baseadas na associação de esforços, para compensar assim a debilidade individual de seus componentes com a força de seu número.

Mediante associação, procuraram não somente a satisfação mais imediata de suas necessidades materiais, senão também a consecução de ideais já expressados por numerosos pensadores da época, acerca de uma vida mais justa e solidária. Frente à intermediação supérflua, a adulteração de produtos, a usura e outros males existentes, a reação das pessoas

afetadas consistiu, em estabelecer empresas adequadas, mercê da associação de seus esforços e recursos. Para satisfazer por si próprio suas legítimas necessidades, os indivíduos criaram as cooperativas, suas próprias empresas, assumindo os riscos e gozando das vantagens, com base em normas de organização e funcionamento, e buscaram realizar ideais de igualdade, solidariedade, justiça, equidade, liberdade e educação.

Também podemos destacar, que esse Movimento Associacionista teve manifestações no campo trabalhista, político e sócio-econômico, dando lugar neste último caso ao aparecimento das modernas Organizações Cooperativas. Não podemos deixar de destacar, que diversos tipos de cooperativas, destinadas a servir a distintas necessidades da população, surgiram nesta época pôr toda a Europa simultaneamente. A aristocracia medieval havia sido substituída no poder por uma nova classe, a dos empresários, proveniente de uma transformação total da concepção humana do trabalho profissional, em parte influência do protestantismo, ela era dotada de um sentido valorativo próprio.

Com a introdução de novas técnicas nos campos agrícola e industrial, veio à classe dos empresários a dispor em breve prazo de um adversário mortal, a nascente classe proletária. A migração dos campos para as cidades, por força da introdução de maquinaria na agricultura, fez aumentar o já elevado volume de mão de obra disponível nelas existente. Faltava apenas uma experiência triunfante para a bola de neve iniciar a descida. Colhendo uma idéia daqui, outra dali, conseguiram os Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, organizar um todo coerente, resistente às investidas de todos os que viam na cooperação um perigo para o status quo. Foram 28 os fundadores da Cooperativa “Os Pobros Pioneiros de Rochdale”, operários na sua quase totalidade, sendo que havia entre eles uma mulher. Rochdale, arrabalde industrializado de Manchester, Condado de Lancashire, viu assim nascer o moderno cooperativismo. A instalação em Toad Lane (Beco dos Sapos) da pequena loja tinha pôr objetivo tirar o maior proveito dos magros salários que auferiam os associados, permitindolhes assim, dispor de algum capital para a sua empresa de produção.

Pode-se, ainda, observar as modalidades da cooperação a partir dos interesses e formas específicas em que ela se origina.

A partir desta análise, pode-se destacar a cooperação espontânea, onde o fato gerador é tão somente o interesse comum pelo fim visado (ex.: organização de uma festa); a cooperação coercitiva, aquela cuja existência baseia-se no temor das sanções (ex.: escravismo); há, ainda a cooperação formal, cujas formas são organizadas, e a informal que se

dá mediante impulsos e improvisos; existe também a cooperação direta, como é o caso das cooperativas e, por último, a indireta, em que subjaz a divisão do trabalho.

Por princípios cooperativos, entende-se: os postulados morais de onde derivam as regras fixadas pelo costume cooperativo. Cooperação, Cooperativas, Cooperativismo se referem ao trabalho conjunto de acordo com princípios fundamentais, que quem participa deve estar de acordo em cumpri-los. Definir os Princípios essenciais à Cooperação, não é um mero exercício acadêmico. Representa em si mesmo um problema prático, por exemplo, para o legislador.

Como a Cooperação se difunde pelo mundo e os distintos governos apreciam as suas vantagens como um dos componentes de seus sistemas econômicos nacionais, então deve existir alguma forma de previsão legal, assim como qualquer outro tipo de associação dedicada ao comércio, a indústria, aos bancos, etc. Por fim, para constituir-se em autênticas cooperativas estas devem estar organizadas e funcionar com base nos princípios ou normas fundamentais cooperativas. É necessário reconhecer que estes Princípios ou normas não são de caráter absolutamente imutáveis; porém devem manter no essencial, sua vigência através dos anos e são objetos de reconhecimento praticamente universal.

Com visão profética, Os Pobros Pioneiros de Rochdale, interpretaram a necessidade de educar os sócios de sua empresa cooperativa desde o início, apesar de não estar claro como uma regra básica do Primeiro Estatuto da Sociedade a educação cooperativa, logo os iniciantes trataram de organizar uma biblioteca pública e alguns cursos os quais eram impartidos entre os pioneiros e cobriam as mais variadas gamas culturais. Por outro lado, já na reformulação de 1845 e 1854 de seu Estatuto os Pioneiros incluíram e ampliaram a sua visão concernente a educação.

Os Princípios Cooperativos, expostos pela primeira vez de forma sistemática pela Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale em 1844, foram a partir da criação em Londres da Aliança Cooperativa Internacional, em 1895, estudados e debatidos pela entidade que agrupava as cooperativas a nível mundial em sucessivos Congressos Internacionais, aprovando reformulações dos mesmos a partir de 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Inglaterra). As profundas modificações produzidas no comércio e na indústria mundial, em quase um século de criação da Cooperativa de Rochdale, fez com que deixasse de haver uma unanimidade de compreensão e interpretação dos Princípios Cooperativos o que aconselhou a realização de primeira grande revisão de seus conteúdos. As considerações de tais princípios

ou normas fundamentais, nunca deixaram de ser contempladas desde 1844, como Princípios basilares do Cooperativismo. Dentre eles sempre tem sido mantido o Princípio relativo ao “desenvolvimento e a promoção da educação, a formação e informação”. Dos sete Princípios aprovados pelo Congresso Internacional de Cooperativas de 1937 em Paris, quatro foram considerados como principais, pois abarcavam os aspectos do associativismo e econômico, e três complementares, dentre os quais encontramos o Princípio da Educação.

Já no Congresso Cooperativo Internacional de 1966, em Viena, o Princípio da Educação ascendeu a condição de fundamental, o que no Congresso de 1995 em Manchester na Inglaterra foi ratificado

Não se pode deixar de lembrar a afirmação de Paul Lambert em sua obra “La Doctrina Cooperativa”, quando afirma “de que o Princípio da Educação, é desconhecido como tal por importantes historiadores e comentaristas tais como Charles Gide entre outros”, porque o mesmo não estava expresso claramente no Primitivo Estatuto, elaborado pelos Pioneiros em 1844, senão o mesmo aparece somente no Estatuto de 1854. O que não cita Paul Lambert nem os outros tratadistas é de que George Jacob Holyoake, em “Historia de Los Pioneros de Rochdale”, no XV Capítulo atribui a Brearly a idéia de agregar esta regra. Porém, Florencio Eguia Villaseñor em Los Principios del Cooperativismo” concorda com Holyoake.

1.2 COOPERAÇÃO

Cooperação, segundo LAKATOS é definida da seguinte forma: “é o tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum.”

A cooperação pode ser apreendida também a partir de sua origem bio-psicológica. Assim, observa-se a existência de uma cooperação baseada no reflexo, em que há ações reflexas, como é o caso das amebas que sobrevivem ao ficarem juntas. Há uma cooperação instintiva, quando o trabalho só se realiza conjuntamente, como é o caso das formigas e abelhas. Há a cooperação pela sobrevivência, que se dá conscientemente e, neste exemplo, tem-se a família; a cooperação pode ser ainda progressiva, à medida que a cooperativa for responsável pelo planejamento de atividades que possibilitem a formação de docentes, equipe técnico-pedagógica, alunos e cooperados para uma práxis cooperativista.

No âmbito da educação voltada para a práxis cooperativa, aquela passa a ser compreendida como um dos fatores do desenvolvimento social, possibilitando mudanças no conjunto de uma sociedade que, por sua vez, também vão interferir na própria educação. A educação, desta maneira, determina e é determinada pelas relações sociais vigentes em cada sociedade e, assim, dependente dos interesses e práticas de classe social. Verifica-se, então

que a transformação da educação é um processo também ligado à transformação das relações sociais. Verifica-se, por conseguinte, que o ensino brasileiro, inserido em uma sociedade antagônica marcada pelas diferenças de classes sociais, refletirá esta situação, através de suas instituições e educadores, nas salas de aula.

No entanto, mesmo em se tratando de uma sociedade pluralista, em que há oportunidade de se vivenciar variadas práticas sociais, podem-se observar, também, práticas educativas que condicionam a visão de mundo em contextos históricos específicos. E ainda, o surgimento de certas ideologias que condicionam a estruturação de novas instituições, como também a transformação da cultura existente. Nesse sentido, pretende-se evidenciar a implantação da Educação Cooperativa que proponha mudanças organizacionais, como as adotadas pela instituição escolar.

Através de aprofundada pesquisa na literatura vigente, tem-se observado a emergência de inúmeras propostas educacionais que abordam desde princípios conservadores, que apelam pela permanência dos métodos, conteúdos e posturas de um ensino tradicional, até os considerados progressistas e progressivistas.

A Escola Cooperativista ou a Educação Cooperativista, apesar de não ser tão recente em nossa história, tem alcançado maior notoriedade desde a década de 1980 no Brasil, e é o enfoque desta pesquisa.

A educação cooperativista, através dos seus métodos pedagógicos possibilita aos cooperados uma perspectiva que possa encontrar alternativas para suas dificuldades econômicas. Também proporciona mudança no que se refere à formação e à qualificação dos cooperados. E tal mudança na organização institucional poderá abrir espaço para que os elementos inseridos nos processos educacionais participem da construção da educação cooperativista.

A Educação para a cooperação poderá emergir tanto dentro do que se considera uma Instituição formal, no sentido convencional a escola, quanto em instituições cuja educação poderia ser do tipo informal, como a família, o trabalho, a igreja. E ainda, uma

educação cooperativa do tipo não formal em Instituições como os Sindicatos, os Partidos políticos, a extensão rural e também as próprias Cooperativas.

A prática da Educação Cooperativa poderá ser implementada também mediante um maior desenvolvimento teórico, permeado pelo princípio do cooperativismo. Tais aspectos possibilitarão a delimitação de uma nova pedagogia para a Educação Cooperativa.(Libâneo 1990:24)

Neste sentido, a Educação da Cooperativa de Crédito poderá ser redefinida a partir das suas relações sociais, ou seja, relações coletivas, considerando que nesta sociedade há grande predominância do individualismo.

Para compreender uma educação cooperativista ou cooperativa, como apresentada, pressupõe, inicialmente, a necessidade de se apreender os princípios que norteiam a formação dos educadores que trabalharão nesta área.

A educação propriamente dita só se efetivará durante e no funcionamento da sociedade. Inicialmente, o grupo que promoveu a constituição da cooperativa presumivelmente já teria uma boa base doutrinária. É importante, portanto, continuar o programa educacional em uma fase subsequente, de modo a atingir os futuros associados.

Jamais serão cooperativistas autênticas as pessoas que se incorporam à cooperativa por simples interesses econômicos, ou para atender a solicitações de outros associados. Eles serão meramente aproveitadores ou diletantes, sem maiores compromissos de natureza ética ou social.

A educação cooperativa não fosse tão importante e permanente na vida da cooperativa, não se explicaria que países avançados como a Inglaterra, a Dinamarca, a Suécia, a França, a Suíça e outros, além dos colégios especializados que mantêm, também fomentassem a organização dos clubes de estudo para o debate constante da doutrina e dos fatos correntes. Nessas localidades os colégios mantêm dezenas de cursos para atender a variedade dos grupos interessados em receber educação. Há cursos para diretores, gerentes comerciais e industriais, empregados de balcão e de escritório, donas de casa, jovens e adolescentes. Cursos de frequência obrigatória e cursos por correspondência, por períodos que variam desde uma semana a três anos. E não somente para incluir a ideologia, mas também para ensinar, entre outras coisas: como atender a clientela; cortar, pesar e medir as mercadorias; administrar as sociedades; escriturar as operações; planificar os trabalhos;

organizar vitrinas e exposições e, inclusive, preparar o consumidor para saber gastar seu dinheiro em alimentação e vestuário.

Segundo FERRINHO (1985):

A Educação Cooperativista é um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, ensejando a aut Capacidade para a geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, onde as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo.

A união surgida pela organização das pessoas, sem a Educação, não tem utilidade, para o movimento cooperativo, e o conhecimento obtido por elas, sem a organização, não gera participação.

Ao longo da história do cooperativismo, observa-se que a educação sempre foi condição essencial para o exercício da cooperação. Também se observa que outra contribuição relevante da educação cooperativista é manter os filhos dos trabalhadores rurais na escola na época do plantio e das colheitas, garantindo a educação sem interrupção.

Por outro lado, a educação cooperativista, desenvolvida no âmbito da empresa, faz ver aos cooperados os problemas, as realizações e os projetos de sua organização, permitindo-lhes também, de maneira constante, ser donos e usuários do empreendimento.

Ainda segundo a linha de pensamento de FERRINHO (op. cit.) a ação educacional nas cooperativas possibilita: entender a história, a doutrina, as dimensões e os horizontes do cooperativismo; formar o cooperado para a vida em sociedade, pois a cooperativa é uma verdadeira escola prática; desenvolver o processo natural de liderança em todos os níveis, delineando as responsabilidades e funções de um cooperado, líder; adequar a ação social, cultural, educacional e política à eficiência e eficácia do sistema, buscando sempre o equilíbrio entre o social e o econômico; canalizar as aspirações dos cooperados, melhorando a prestação de serviços, estabelecendo parâmetros de mensuração dos acertos e erros dos atos administrativos e recolhendo subsídios para as decisões da direção; entender o ato cooperativo e defendê-lo junto ao poder público, para tratamento adequado, principalmente no que se refere à tributação; organizar os cooperados para fortalecimento da produção, do consumo e dos serviços, pela integração das cooperativas em centrais, federações e confederações, e a organização para o fortalecimento da representação. Acredita-se que a educação se dá em todas as funções da Cooperativa, mas é na direção dos cooperados

que ela apresenta uma importância fundamental. Consiste na troca de informações e transmissão de ordens entre os vários elementos de uma organização. Observa-se que a eficácia da empresa, muitas vezes, pode depender do processo de Educação existente entre os administradores e os cooperados. A Educação como instrumento de formação e Qualificação, tem três objetivos principais: fornecer informação necessária para que as pessoas possam se conduzir em suas tarefas; proporcionar atitudes que promovam a motivação, cooperação e satisfação individuais ou em grupos; possibilitar melhoria da Qualidade de Vida no trabalho.

Por outro lado, DRIMER e DRIMER (1987) descrevem as vantagens educativas e econômicas da Educação Cooperativista, as quais são enumeradas a seguir:

Vantagens Educativas

Desenvolvimento de diversos aspectos que configurem a personalidade; desenvolvimento do sentido solidário e preparação para a vida em sociedade; complementação e aperfeiçoamento da aprendizagem; formação de mão-de-obra; preparação dos cooperados e dirigentes de cooperativa no processo de empreendedor.

Vantagens Econômicas

Colaboração econômica com os cooperados produtores e seus familiares; contribuição para o melhoramento da utilização de máquinas e equipamentos e de suas instalações na propriedade rural; contribuição ao melhoramento da comunidade que participa. Nesta visão, a Educação deve estar imbuída do espírito cooperativista, o qual vincula-se necessariamente às atividades, bem como às diversas disciplinas estudadas pelos alunos dentro da escola. Assim é que, para estes autores, poder-se-á permitir que o cooperado se integre a ela (educação) pela participação ativa, com vistas a organizar e conduzir a instituição. Poderão participar na elaboração das atas, nas assembléias, no registro contábil e até na apresentação do balanço, além de realizar diversas atividades manuais e decisórias.

De acordo, com essas considerações, pode-se inferir que a Educação Cooperativista com as características acima apresentadas deve representar um tipo específico de educação escolar em que há possibilidade de vivenciar os conteúdos básicos da maioria das

disciplinas estudadas, bem como a prática do que será o dia-a-dia na formação do cooperado dentro de uma sociedade cooperativa.

A proposta da Educação Cooperativista significa, portanto, unir a educação à vida, ao associá-la a objetivos concretos, uma vez que visa a buscar uma estreita relação com a sociedade em seus variados aspectos. Assim, sob o enfoque didático, propõe alterar grande parte de atividades meramente acadêmicas, substituindo-as por um modelo flexível. Desse modo, a proposta da educação cooperativista é criar um verdadeiro foro de idéias, de projetos que proporcionem aos alunos maiores oportunidades de participação.

A educação cooperativista desempenha um papel importante enquanto estratégia de desenvolvimento de recursos humanos, bem como, instrumento da educação.

Outros aspectos são apresentados por Watkins (1989), estudiosos do cooperativismo que, ao se reportar à questão da educação cooperativista, realiza o que ele determina de “uma breve revisão do ‘conteúdo’ da educação cooperativista – conhecimento, capacitação técnica e disciplina social”. Nesse sentido é que se faz necessário associar aos conteúdos escolares, ministrados em aula, elementos teóricos e práticos da educação cooperativista. Acredita-se, como bem coloca Watkins: que “os cooperados diferentes dos poetas não nascem, se fazem”. Assim sendo a prática da cooperação escolar poderá ser incrementada mediante um maior desenvolvimento teórico do cooperativismo e da cooperação, formação de hábitos e habilidades.

A formação do indivíduo cooperativo passa também por práticas voltadas para o desenvolvimento da cooperação. Esta, por sua vez, somente será construída e assimilada pela criança à medida que atividades cooperativistas forem institucionalizadas dentro das cooperativas.

A partir do momento que passa a existir, a cooperativa deve se preocupar em preparar seus associados e funcionários para o trabalho que deverá voltar-se para uma filosofia cooperativista. Segundo Tavares, a educação cooperativista, no momento atual, muitas vezes tem se tornado “faca de dois gumes”, ora contribuindo para a promoção e libertação do indivíduo, ora manipulando e controlando o mesmo. A institucionalização do ato cooperativo, conforme tem ocorrido, vem imprimindo à sociedade um caráter conservador e reprodutor. Isso não lhe rouba a duplicidade de função que poderá, apesar de instituição escolar, exercer dentro desta sociedade: função reprodutora e função inovadora. A Educação cooperativa oferece tanto um espaço para a reprodução das contradições da sociedade como

também um espaço para operacionalizar mudanças e, na prática do dia-a-dia, não se pode desconhecer a relação de forças que se estabelece dentro dela. Essa relação de forças está diretamente ligada à reprodução das forças do seu quadro social, no caso, professores, pais, diretores, enfim, de todos aqueles que participam no processo de construção da Educação cooperativista

.No entanto, quando se tentar investigar a educação cooperativista, sob a perspectiva de uma pedagogia social cooperativa, pode-se correr o risco de o discurso da cooperação assumir um caráter ideológico, ao desconhecer a diversidade, a heterogeneidade do seu quadro social. Entende-se que os conteúdos dessa educação devam vincular-se à prática cooperativa, que por sua vez está também nos espaços que lhe são abertos no jogo das forças e interesses de uma sociedade heterogênea.

O educador, em uma Cooperativa, deverá conhecê-la em profundidade, bem como os princípios da cooperação; caso contrário não haverá um envolvimento conveniente, dificultando uma educação mais participativa. Nesse sentido, a Cooperativa deverá, além do nível do profissional que estará atuando em sala de aula, no que concerne aos aspectos pedagógicos, estar atenta à formação desse profissional sob os aspectos referentes ao cooperativismo.

A educação cooperativista possui uma proposta para formação de um cidadão também cooperativista, uma vez que em suas bases há a concepção de que a liberdade para reivindicações do cooperado possibilita a motivação do mesmo, permitindo-lhe uma efetiva participação na construção da cooperativa.

A educação cooperativista deve essencialmente, como finalidade, difundir conhecimentos, hábitos e habilidades que possibilitassem a vivência da cooperação. A inclusão dessa disciplina no programa é proposta da direção da cooperativa, devendo ser ministrada de uma forma interdisciplinar, em que não apenas seriam trabalhados outros conteúdos possíveis de serem relacionadas com o Cooperativismo, mas também incentivando que todas as disciplinas da escola trabalhassem, em seus conteúdos, os elementos da cooperação. Neste sentido, seu planejamento seria gradual, acompanhando cada programa em cada período do ano letivo

2. EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Conforme visto anteriormente, a Cooperativa é uma associação de pessoas físicas ou jurídicas, mas ela também é uma empresa econômica. Assim, explica-se a afirmação de que a cooperativa tem dupla natureza.

Como associação, a cooperativa reúne pessoas que tem interesses comuns. Desta forma, na associação, todos os associados têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, definidos em seu estatuto. Se em outras empresas a participação nas decisões e nos resultados é mais ou menos permitida, conforme a conveniência da própria empresa, na cooperativa a participação é exigida pelo próprio modelo, pois nela os cooperados são os donos, proprietários, usuários e fornecedores. Sem essa participação efetiva dos cooperados, não existe cooperativa legítima. Quanto mais consciente e responsável à participação, tanto mais eficiente será a empresa cooperativa.

Há apenas uma alternativa para conseguir que essa participação dos cooperados seja consciente e responsável, um permanente processo de Educação e ou Capacitação Cooperativista. Desta maneira, a Educação/Capacitação é um direito inalienável do quadro social, e não um assunto a ser analisado quanto à sua conveniência ou não para a cooperativa. O que se constata cada vez mais é que a Educação/Capacitação é o melhor respaldo para a administração de qualquer cooperativa, pois somente com a participação consciente e responsável de todo o quadro social, a cooperativa adquire estabilidade e se desenvolve num processo autogestionado.

No contexto desenvolvimentista regional e nacional, objetivando-se cumprir a sua função social e econômica, torna-se necessário que a cooperativa estabeleça procedimentos educacionais adequados ao seu sistema de finalidades, adaptados às particularidades das comunidades cooperativistas, e, principalmente, orientados para a formação de cooperadores.

A Educação Cooperativista deve colocar à disposição do movimento o instrumental cultural, científico e tecnológico criado pelo mundo moderno, respeitando o conhecimento e as experiências populares, a fim de obter um aumento significativo dos bens e serviços gerados pela ação da cooperativa.

A Educação/Capacitação Cooperativista é um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, ensejando a auto capacidade para a

geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, onde as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo. É a educação o mais importante dos Princípios Cooperativos. Muitos não têm obstaculizado em contestar categoricamente que sim, ao concebê-lo como um meio de formar a sociedade-empresa e fazer dela um instrumento de superação humana.

Assim, a educação cooperativa, tanto é um meio, quanto a concepção de um fim. Em todo o caso, a educação é necessária em toda a atividade humana e no cooperativismo, por ser eminentemente um ato humano, não podendo estar ausente, ou então deixará de ser cooperativismo.

Torna-se inviável compreender ou aplicar algum dos outros princípios cooperativos sem a educação. A adesão, sem educação, ou estará ausente em absoluto, ou se converterá em um gregarismo de conveniências; a democracia será tirania, oligarquia ou demagogia; a empresa, com seu capital, seus serviços e suas operações se tornará em mais um negócio, como tantos outros; os excedentes se converterão em uma melhor expressão do “homem, lobo do homem”, e a integração estará ausente acarretando o isolamento, a competição e o antiooperativismo, porém não a solidariedade humana que o cooperativismo pretende implantar em todo o mundo.

A importância da educação, alheia a outros negócios do meio sócioeconômico em que vivemos, é que levou a Aliança Cooperativa Internacional-ACI, a recomendar a adoção como um Princípio Básico para o Cooperativismo, a partir de 1937, a Educação Cooperativa. No Congresso Internacional de Cooperativismo, realizado em Paris naquele ano a ACI, textualmente afirmou: “As Cooperativas devem destinar e aplicar fundos para a educação de seus sócios, dirigentes, empregados e do público em geral, a base dos princípios e técnicas da cooperação, tanto nos aspectos econômicos quanto nos democráticos”.

Fazendo uma abordagem teórica, observa-se o que estudiosos entendem por educação: Platão concebia a educação como uma “necessidade de dar corpo e a alma toda a beleza de que seja sucessível”. Quintiliano opinou de que “a educação consiste em fazer o educando um ser humano menos imperfeito possível”. Herbert Spencer afirma o seguinte: “o ideal da educação consiste em obter uma cabal preparação do ser humano, dentro de um sentido perfeito para que se desenvolva em toda a sua amplitude”. Modernamente, a educação pode ser definida como “um processo pelo qual as novas gerações se apropriam dos bens

culturais da comunidade local, nacional e internacional, para alcançar seu pleno desenvolvimento humano integral”, quer dizer sua humanização. A vida educa, dizia J. H. Pestalozzi, grande pedagogo suíço, repetindo a afirmação dos Romanos com algumas diferenças. Cada uma destas definições ou conceitos requereria uma vasta explicação, porque os termos querem dizer mais do que aparentemente expressam. Em todo caso vale ressaltar que a educação é uma aquisição de conhecimentos teóricos ou técnicas, para ilustrar a inteligência ou a adoção de novos hábitos ou condutas de vida que modelarão a vontade.

A própria palavra educação é etimologicamente indicativa, já que se deriva de Ex: fora e Dúcere: levar, conduzir, com a qual se expressaria como arte e ciência de sacar o ser humano de onde se encontra para leva-lo a um novo estrato, mais elevado individualmente e socialmente.

Gromoslav Mladenatz com destreza, foi quem primeiro destacou a importância da moderna relação pedagógica com o cooperativismo em sua obra “Historia de las Doctrinas Cooperativas”, quando se refere à atuação na Suíça da Escola de Johann Heinrich Pestalozzi e Fellenberg, os quais são considerados os iniciadores do Cooperativismo Helvético. Desta maneira, qualquer que seja a definição adotada para o termo educação, esta sempre implicará em uma mudança, um crescimento, um desenvolvimento. Seja porque se tenha adquirido conhecimentos, destrezas ou novas habilidades, ou porque tenhamos melhorado a nossa conduta por meio de novos hábitos positivos. Esta interpretação da ciência da educação e do cooperativismo deu-se ao longo dos tempos, desde a criação da primeira cooperativa, modernamente tem aparecido novos e modernos conceitos inovadores relativos ao ensino, tais como a formação permanente, a educação de adultos, de maneira tal que acabaram redundando no aparecimento das Escolas de Freinet e Prevost na França, a qual podemos estender até Paulo Freire no Brasil, pelo menos na fase inicial.

Em outra vertente, não se pode esquecer do Padre Moisés Coady no Canadá, criador do Método do Círculo de Estudos, assim como alguns cooperativistas argentinos, tais como: Emilio Bottini, María Argentina Gómez Ullía e María Vargas de Ferrante Deduzimos, então de que educação e a cooperação são idéias que tem caminhado unidas no processo reformador da sociedade nos últimos tempos.

O Relatório produzido pela Comissão da Aliança Cooperativa Internacional em 1966 a qual estudou a reformulação dos Princípios Cooperativos, traçou um amplo panorama de como era interpretado e de como deveria ser levado a cabo a Educação Cooperativa. Este

aspecto inicia com um parágrafo o qual procura relacionar o valor pedagógico e a sua relação educativa com a cooperação. Florencio Eguia Vallaseñor, em “Los Principios del Cooperativismo”, assim se expressa: “não é uma mera coincidência de que tantos Pioneiros e dirigentes eminentes da cooperação também tenham sido excepcionais educadores populares”.

Em conseguinte, foram esboçados os conteúdos e formas de serem levadas a cabo a Educação Cooperativa, assinalando de que inicialmente a mesma deva ser variada e não tão acadêmica. Considera que a ação cooperativa é uma forma de ensino em si mesma e também preconiza de que no mundo moderno está cada vez mais impossível serem limitados os conhecimentos daqueles que os recebem na mais tenra idade, já que a educação, segundo a ótica cooperativa é um processo que tem início porém não tem fim, pois a mesma dura toda a existência do ser humano.

Não basta a associação pela associação, senão para algo definido como seja a superação humana em relação aos demais, sendo, desta maneira, no cooperativismo ser melhor é um imperativo.

Da mesma forma, não basta a empresa ser excelente, ela deverá ser considerada como um meio. Não basta ter dinheiro somente, se bem que serve para solucionar muitas necessidades. O cooperativismo, se circunscreve somente aos negócios, é um pobre negócio. No negócio cooperativo, se aspira muito mais, o qual só pode ser obtido através da constatare educação e capacitação do ser humano.

Ao estudarmos sumariamente, a educação, é imprescindível ocuparmo-nos, pelo menos, de três elementos fundamentais, a saber: o sujeito da educação; o conteúdo da educação e o método educativo. Todos estes deverão ter como ponto de partida o ser humano. Como pode-se depreender o Princípio Cooperativo da Educação, transcende a história assim como também existe uma relação constante e não só rochdaleana entre a educação e a cooperação. Decididamente, o mesmo tem ficado relegado na maioria das cooperativas ao seu próprio destino, qual seja o de não ser levado muito a sério, por falta ou ausência de uma melhor preparação e capacidade dos dirigentes em compreender a sua importância e validade, além da constante falta de recursos financeiros para tal.

Algumas cooperativas se utilizam do expediente de conceder bolsas de estudo para os filhos de seus associados mais carentes para que os mesmos sigam estudando, outras vezes realizam viagens de estudo, etc. O Serviço Nacional de Aprendizagem do

Cooperativismo (Sescoop) é integrante do Sistema Cooperativista Nacional. Foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999.

Alguns dos seus objetivos são:

- a) Assistir as sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica e contínua;
- b) Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares;
- c) Exercer a coordenação, supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, associados e seus familiares.

Quando existem programas cooperativistas, estes invariavelmente são realizados com suporte financeiro de agências governamentais. Neste caso, então são realizados seminários, simpósios, encontros ou cursos, na maioria das vezes para dirigentes, técnicos e muito pouco para associados. Esta capacitação geralmente é doutrinária e não ideológica.

O ser humano é o sujeito, objeto da educação. Assim, podem ser crianças, jovens, adultos ou idosos, porque a educação é um processo gradual, tem um início e jamais um final, exceto com a morte da pessoa. A educação é um processo que está presente durante toda a existência do ser humano, acompanha sua existência, lhe faz companhia durante toda a sua vida.

O conteúdo da educação é o seu segundo grande elemento. É ponto essencial depois de serem definidos os sujeitos. Trata-se do que se pretende ensinar e o que devem conhecer os sujeitos dela. É impossível realizar um trabalho educativo sem um prévio conhecimento valioso e que sirva para conseguir as mudanças pretendidas.

O conteúdo da educação nas cooperativas deverá abranger ao mesmo tempo fatores endógenos e exógenos daquela, ou seja, a cooperativa em sua composição interna e externa. Sócios, diretores e empregados como também o público em geral devem conhecer a natureza da cooperativa quanto a sua filosofia doutrinária, os princípios cooperativos, e também a parte técnica. O conteúdo da educação cooperativa abrange as normas vigentes que devem ser interpretadas para um bom cumprimento das mesmas, uma vez que essas normas

devem estar expressas nos seus estatutos, regulamentos, acordos e declarações imperativas e representam a essência da cooperativa para benefício dos associados e de suas comunidades.

Da mesma maneira, deve fazer parte do conteúdo da educação cooperativa a estrutura interna da cooperativa, tanto no que se relaciona aos órgãos governamentais, como da assembleia, dos diversos conselhos, comitês, estruturas operacionais que dão suporte para a concessão dos distintos serviços. O conteúdo da educação cooperativa também deve abranger os conhecimentos relativos aos direitos e as obrigações dos sócios para com a sociedade. Se estes são desconhecidos, não se pode demandar uns sem o cumprimento dos outros.

O membro de uma cooperativa deve conhecer cada um dos serviços oferecidos por sua empresa. Já com relação ao método educativo, o mesmo deverá responder a seguinte indagação: como fazer a educação? Porém, sobre este tema muito pouco ou quase nada encontramos escrito, apesar de encontramos muitos textos produzidos sobre metodologia, educação ativa, técnicas para educação, etc.

A educação antes de mais nada é uma arte, uma criação pessoal, além de ser uma ciência.

A Educação Cooperativa também deve abranger as limitações do quadrilátero cooperativo. Deste modo, o planejamento da educação cooperativa deve expandir-se no sentido das quatro direções, qual sejam: educação para os sócios, para os administradores para os técnicos e para o público. Esses quatro aspectos dependem de diferentes programas, que devem ser ajustados caso a caso, conforme a ocasião. Tudo coordenado através de um amplo programa integrado e comum.

A administração, o volume e a repercussão dos programas devem se constituir objeto de pesquisa sociológica em matéria de Educação Cooperativa. George Davidovic, ao fazer uma pesquisa nos anos setenta conseguiu compilar diferentes Centros Universitários de Educação Cooperativa a nível mundial. Apesar do alcance desta, foi possível comprovar que o lugar ocupado pelo ensino do cooperativismo no nível de terceiro grau naquela época ainda era modesto como hoje o é também. Vários são os institutos universitários especializados que tem se fixado na tarefa da educação técnica e social, ou seja, a dos sócios, a dos administradores, a dos técnicos e a dos empregados das sociedades cooperativas. Podemos citar a nível internacional a Ecolé de Nîmes, Collège Cooperatif de Paris, Instituto de Estudos Cooperativos da Universitat Munster, Escuela de Administración Cooperativa da Colombia, etc..

Baseando-se no seu desenvolvimento e experiência, cada cooperativa poderá encontrar a melhor maneira de realizar o trabalho quer educativo interno ou externo. Esses programas devem ser apoiados com recursos próprios e, conscientes de que educação não é despesa e sim um investimento de longo prazo.

O Programa Educativo deve ser elaborado sob a supervisão do Conselho de Administração por ser o órgão que deve promover e realizar a coordenação de todos os serviços. Neste deverão estar incluídos todos os sujeitos da educação, como também todos os conteúdos progressiva e sistematicamente. Uma vez elaborado, o programa deverá ser atualizado pelo menos anualmente.

O Relatório de 1966 da ACI, relativo aos novos enfoques a serem dados aos Princípios Cooperativos, apontou para a hipótese da criação de um centro supranacional de educação cooperativa mundial, e que veria a ser a Universidade Cooperativa Internacional, o qual sempre foi um sonho de muitas gerações de cooperativistas, desde Totomianz até Laszlo Valko passando pôr Henry Desroche. Sempre foi falado e preconizada a necessidade da criação de “um Centro de Educação assim como de um Instituto de Capacitação Cooperativista, com pessoal necessário para formar dirigentes aptos, com professores capazes, dentre os mais eminentes educadores cooperativos do mundo, dispostos a orientar o acelerado desenvolvimento da cooperação a nível internacional.

Os seminários internacionais organizados pela Aliança Cooperativa Internacional, acabaram levando a criação de um organismo especializado em educação cooperativa, conhecido por AGITCOOP, e os projetos de elaboração e criação de materiais educativos com valor didático adequado para as populações das áreas menos desenvolvidas ou em desenvolvimento, ficaram por conta da Aliança Cooperativa Internacional e da Organização Internacional do Trabalho. O mais importante destes projetos foi o MATCOM Project – Material and Techniques for Cooperative Management Training. O MATCOM Project, foi criado em 1978 pela Oficina Internacional do Trabalho, com um financiamento e posterior suporte da Swedish International Development Authority – SIDA. Este trabalhava em parceria com as organizações cooperativas e centros de treinamento encarregados de realizar a capacitação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos envolvidos no cooperativismo. O MATCOM Project desenhava e produzia os materiais necessários, assim como desenvolveu toda uma metodologia de suporte para o treinamento e a capacitação de cooperativas. Em 1995, este programa deixou de contar com o apoio da SIDA, o que levou a OIT a encerrá-lo.

Por outro lado também não podemos esquecer de salientar a experiência da ALCECOOP – Asociación Latinoamericana de Centros de Educación Cooperativa, que reuniu desde 1976 os centros e institutos educativos latino-americanos de educação cooperativa, tanto do próprio Movimento como também ligados as Universidades públicas ou privadas. Esta demonstrou a necessidade de sua existência e capacidade de sobrevivência com os escassos recursos financeiros de que dispunha, porém não conseguiu lograr o que mais havia se proposto a perseguir, qual seja o desenvolvimento de seu ambicioso projeto, por falta fundamentalmente de um significativo apoio financeiro do próprio Movimento Cooperativo latino-americano.

Algumas legislações a nível internacional dispõem em seus artigos da obrigatoriedade de se ter fundos para as mais diversas finalidades, inclusive a educacional. Geralmente é uma percentagem para fazer frente às despesas, sendo que na legislação brasileira ele é de 5% das sobras líquidas (Art. 28, Lei nº. 5.764/71), este percentual deve cobrir as despesas técnicas, educacionais e sociais concomitantemente.

2.1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Ao se abordar o tema da Educação, involuntariamente há uma referência à relação que, em termos gerais, se poderia denominar como relação educador-educando e onde se pode por em jogo um duplo mecanismo: de transmissão de conhecimento por parte do educador; de recepção e internalização deste conhecimento por parte do educando.

Pode-se pensar que a expressão “Educação Cooperativa” se trata de processos distintos, no entanto, ambas estão intimamente ligadas. Em uma vertente, uma metodologia e técnicas de educação que seriam distintas, ainda que não necessariamente exclusivas; de outro, o cooperativismo, com conceito com toques filosófico. Ou seja, metodologia e técnicas educativas não são neutras, têm relação com uma certa concepção do homem e com os objetivos que se perseguem por meio da educação.

No movimento cooperativo, impõe-se uma reflexão sobre a metodologia e técnicas educativas com a filosofia implícita em seus princípios

A Educação esteve sempre presente no Movimento Cooperativo, desde os primórdios de sua existência, o que nos demonstra sua necessidade diante da formação e manutenção das mesmas. Foram os Pioneiros que mais uma vez deram impulso no movimento cooperativo desta vez, para que a educação viesse a tornar-se um princípio cooperativo. Provavelmente, ao darem tanta importância a este princípio, estava presente a influência de Robert Owen, que no final de sua vida concentrou-se na educação das pessoas, na formação do “novo homem”, para a formação do “Novo Mundo Moral”.

Antes de participarem da formação da cooperativa de consumo de Rochdale, vários dos Pioneiros participavam de “Círculos Owenistas”¹⁰, nos quais se reuniam semanalmente para debater a importância da formação operária e associativa, em função de um novo mundo que estava surgindo (SCHNEIDER; HENDGES 2006).

Ressalta-se que o movimento cooperativo não é caracterizado pelo egoísmo ou pela obediência cega, não se desejam sócios robotizados como se tivessem passado por uma “lavagem cerebral”. Mas sim, exige-se uma autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, em assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

A possibilidade de contribuir efetivamente para o crescimento do ser humano), por meio da educação cooperativa passa, a entender, por dois canais complementares que, em definitivo, se resumem em uma atitude, que é “assumir” (CARELLO et. al, 1979).

2.2 COOPERAÇÃO E COOPERATIVA NA ECONOMIA DE MERCADO

Cooperação pode ser apresentada de várias formas, com vários sentidos e, ainda, para vários usos. Sua definição, em geral, abrange um espaço social de produção de bens ou serviços de forma articulada e coordenada entre os envolvidos, pessoas jurídicas ou físicas, onde todos participam, sob os pontos de vista político e econômico, conforme já abordado.

Frantz, 2001, define a cooperação como uma ação intencional e consciente, articulada e coordenada com e entre pessoas ou grupos, no formato associativo, visando um objetivo comum

No campo político, efetiva-se a participação dos cooperantes, pela tomada de decisão sempre coletiva, de e por todos ou, no mínimo, da maioria implicada nos processos internos da instituição a que pertencem.

No campo econômico, a participação ocorre por ocasião do comprometimento econômico-financeiro na e para a instituição, por parte de todos, em igualdade de condições, responsabilidades e compromissos.

O que diferencia, segundo Frantz, 2001, empreendimentos cooperativos dos da iniciativa privada está, justamente, nos fatos e consequências sociais advindos dos campos político e econômico, pelas práticas desenvolvidas à luz de um ou de outro desses empreendimentos.

Segundo o mesmo autor, no aspecto econômico, na cooperação há efetiva, como já dito, participação econômica na vida da empresa cooperativa, por parte de seus associados, seus membros. Estes controlam a instituição pelo manejo e uso democrático dos recursos, em todos os sentidos, contribuindo e se beneficiando simultaneamente com os ganhos, as perdas ou os investimentos da sua empresa cooperativa, o que é muito distante e diferente da empresa privada, que objetiva o lucro, pela contundente observância da mais valia do capital, através da exploração da mão-de-obra.

Empresa cooperativa não objetiva o lucro. Opera pela lógica das sobras, conforme dispositivo legal atinente:

“Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.” (Art. 3º – Lei nº 5.764/71 de 16.12.71).

Santos, 2005, afirma que as cooperativas, objetivando superar o modelo capitalista hegemônico, o qual é visto como determinante de regras concorrenciais e exploratórias de produção, e, ainda, se consolidarem como alternativa social de produção, não remetem somente a uma remuneração igualitária a seus associados, seus donos, mas, também, a novas formas de sociabilidade solidária, baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões.

Supõe Santos, 2005, que as cooperativas operam com respeito ao princípio da solidariedade, onde cada um recebe pela suas necessidades e produz pelas suas capacidades.

As primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses e pequenos produtores em

trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo. As cooperativas dos consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, e cujo objetivo inicial foi a oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores. Desde as suas origens, no Século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas, tanto ao individualismo liberal, como ao socialismo centralizado. Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. Estes valores plasam-se em um conjunto de sete princípios que tem guiado o funcionamento das cooperativas de todo o mundo, desde que a sua versão inicial foi enunciada pelos primeiros cooperados contemporâneos, os pioneiros de Rochdale. Estes princípios são: o vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; o controle democrático por parte dos sócios – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; a participação econômica dos membros.

Em decorrência dos fatores de competitividade de mercado, as cooperativas precisam respeitar e seguir normas técnicas capitalistas, em favor da sobrevivência institucional. Assim, para atingir seus objetivos sociais, precisa operar no ambiente mercadológico com vigor e, para tanto, necessita considerar as questões econômicas incidentes e inarredáveis nas suas variadas operações.

Contudo, o sentido da mais-valia se direciona para a renda e o trabalho. A valorização humana em todas as dimensões e sentidos possíveis é sobreposta a questões ou interesses outros, individuais ou pessoais e, inclusive institucionais, desde que não desfavoreça os objetivos sociais da cooperativa.

O sonho da empresa autogestionária, e nela a destinação social do lucro, começa a se tornar realidade pelas mãos dos trabalhadores que mostram-se capazes de pensar, criar e ousar. Enfrentam o desemprego por meio de ações que ultrapassam o campo da denúncia e da resistência, materializando empresas que tem como figura central o próprio trabalhador. Empresas cuja estrutura e gestão são pensadas a partir de uma preocupação com o social; sem, no entanto, deixar de lado as questões de viabilidade econômica e de inserção num mercado cada vez mais globalizado. (NAKANO, 1997, p. 3).

Santos, 2005, ao valorizar o cooperativismo no mundo, elenca quatro razões, sob os aspectos político e econômico, que viabilizam empreendimentos cooperativos futuros, factíveis, viáveis e supostamente bem sucedidos, como alternativa produtiva, em relação a empreendimentos capitalistas: primeiramente, a capacidade de competição no mercado que as cooperativas possuem, mesmo não sendo capitalistas, uma vez que dispõem de autonomia produtiva, princípio defendido pelo mercado e, simultaneamente, o rechaço pelas formas de economia centralizada, tanto do mercado como do próprio movimento cooperativista de produção.

A segunda razão se dá pela capacidade que as cooperativas possuem em responder eficientemente diante das regras de mercado, uma, por que são constituídas e executadas por trabalhadores-proprietários, o que reduz drasticamente a necessidade de proveitos; a autonomia e a independência em relação ao Estado e outras Organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade na qual está localizada a cooperativa. (Birchall, 1997). O cooperativismo deu forma a experiências exemplares de economias solidárias, mas não conseguiu converter-se em uma alternativa importante em relação ao setor capitalista da economia nacional e mundial. (Santos, 2005).

A implantação de mecanismos internos de controle e supervisão que assolam as empresas capitalistas, e, outra, por que os benefícios da produção advêm diretamente a esses mesmos trabalhadores, o que determina acentuação nos incentivos sociais e econômicos a eles e, conseqüentemente, elevação nos níveis de comprometimento e dedicação ao trabalho por parte de todos, diferentemente do que ocorre, não raro, nas empresas capitalistas.

A terceira razão está no fato de que cooperativas promovem a distribuição igualitária de bens e serviços, conduzindo a coletividade à redução de desigualdades sociais.

Por último, segundo o autor, é o fato de que as cooperativas operam com base na autogestão, conclamando a todos à participação e à gestão democrática empresarial, o que determina a emancipação e a libertação dos indivíduos, reduzindo, em tese, as divisões sociais construídas em economias centralizadas.

Quanto ao aspecto político, em empresas cooperativas, há a participação política nas tomadas de decisão, tanto empresário-mercado, como de autogestão, pelos

associados. Estes manejam a empresa-cooperativa em todas as dimensões e aspectos. Em empresas capitalistas, a tomada de decisões, principalmente no nível estratégico, se dá consubstanciada com argumentos e razões técnicas, de negócios e de mercado, sobrevalorizando o capital em relação ao trabalho, subordinando este àquele. A empresa cooperativa também pode e, para própria sobrevivência empresarial, deve, inclusive, portar-se com respeito às regras mercadológicas. Mas também pode e permite, aliás, a adoção de medidas decisórias fundada em argumentos que atendam aos interesses da coletividade, mesmo que técnica ou circunstancialmente fuja dos parâmetros de mercado ou dos negócios em que está inserida, sob o ponto de vista ideológico-capitalista.

Se, neste sentido, prejuízos houver, daí advindos, a mesma coletividade que tomou tais decisões levando a tanto, responde de forma íntegra e unívoca, conclamada formalmente, tanto indivíduos como instituições partícipes, às devidas responsabilidades, assim como ocorre por ocasião de benefícios recebidos, advindos de decisões bem tomadas.

Não se pode afastar o entendimento ou hipótese de que condutas ou decisões consideradas criminosas ou intencionalmente danosas para a instituição, individuais ou coletivas, são contempladas à luz do Direito, das normas vigentes como, por exemplo, no caso da Lei nº 5.764/71, que regula o sistema cooperativista Brasileiro, entre outras tantas, que formam o cabedal jurídico vigente, inclusive aquelas dirigidas à cooperação, do qual emanam, previsivelmente, regras, tipificações de condutas e sanções à coletividade, com o fito de normatizar as relações sociais, em todas as dimensões e sentidos possíveis. Por esta lógica, as responsabilidades e responsabilizações extrapolam o campo administrativo da instituição, inclusive, conduzindo os envolvidos ao campo público-jurídico, nas diversas esferas do Direito: Civil, Penal ou Processual Penal, por exemplo, ou seja, trazendo todos perante a norma pública reguladora:

“Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.” (Art. 54 – Lei nº 5.764 de 16.12.71).

O campo político, em qualquer segmento social, é configurado por práticas discursivas e não discursivas condutoras, propositivas e favoráveis a interesses vários. Estes, oriundos de culturas, grupos ou indivíduos, na contrapartida, avançam pelas práticas

legitimadoras e garantidoras de objetivos buscados, dentro do espaço político, sendo represados pelo Direito, num espaço de tensão onde se estrutura o Estado Democrático de Direito.

O estado democrático de direito constitui-se por meio de uma tensão interna entre direito e política, pois, além de suas funções próprias, uma vez que o direito deve regular os conflitos interpessoais ou coletivos de ação, enquanto a política deve elaborar os programas coletivos de ação, cada um deve desempenhar funções recíprocas para o outro, já que a política, como polo instrumental, deve dotar as normas jurídicas de capacidade de coação, enquanto o direito, como pólo normativo, deve emprestar sua própria legitimidade para as decisões políticas. (DURÃO, 2009: p. 119).

Por este viés interpretativo, analogicamente, pode-se levar em conta, com certa margem de segurança, que a gestão democrática, princípio basilar da cooperação, remete ao interior das cooperativas, uma realidade tensional similar, onde cooperantes, politicamente, tentam impetrar regras ou atos administrativos, face múltiplos interesses, tendo reduzidas ou tolhidas suas práticas, pela norma. E, ainda, pela política, o sistema cooperativo também coage quando participa efetivamente da instrumentalização do Direito, enquanto este, por seu turno, legitima práticas políticas múltiplas, em razão do ato político-legislativo que o atinge.

Nesse emaranhado, estão presentes as relações de poder. Não se trata somente da presença. É possível afirmar, inclusive, que as relações de poder configuram e constroem tal emaranhado.

3. A EDUCAÇÃO COOPERATIVA E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS SOLIDÁRIAS

O que mais nos desafia na educação cooperativa, é a sua dimensão pedagógica. Nesse aspecto, vamos analisar aqui apenas um aspecto que mais nos interessa para a presente discussão: de que forma a educação cooperativa pode contribuir na construção de práticas solidárias entre os alunos?

Uma proposta de educação cooperativa deve se colocar como crítica às cooperativas. Inclusive essas instituições, cooperativas, enquanto empresas, só poderão ter coerência com os ideais que representam, enquanto teoria do cooperativismo, se fizerem uma profunda autocrítica de suas práticas.

A existência de elementos do cooperativismo na construção da proposta de educação cooperativa em escolas se justifica pelo entendimento que temos da relevância social e educativa de sua teoria. Portanto, estamos nos referindo à teoria e prática do cooperativismo como uma forma de ser e viver em sociedade.

O cooperativismo se situa na linha do ‘dever ser’, não numa dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências para optarem por uma proposta comportamental, na sua atividade econômica e social, que conduza a uma sociedade e a um sistema econômico alternativo, mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo. Os valores, princípios e normas que propõe são um paradigma que ajuda a orientar a ação dos cooperadores, no seu empenho em prol da realização dos objetivos da cooperação(SCHNEIDER, 1993: 2).

Nesse sentido, também se entende que o cooperativismo se apresenta como uma prática social que pode se adaptar a várias ideologias e compreensões de educação. No entanto, se mantém uma unidade no entendimento de que é contrária à sociedade capitalista e aos seus diversos mecanismos de opressão. Com esse entendimento, a sua ação está engajada e comprometida com a construção de novas relações sociais entre as pessoas.

Concretamente, isso se expressa nas experiências práticas realizadas em escolas, desenvolvendo com os alunos e a partir desses, atitudes de resgate da cooperação e da solidariedade em contraposição aos valores do individualismo e da competição, típicos da cultura de nossa época. Temos, portanto, na prática cooperativa dos alunos a maior referência

para uma proposta de educação cooperativa, tendo em vista que é na relação concreta entre os sujeitos sociais que se constrói a consciência social ou, especificamente em nossa abordagem, a consciência cooperativa.

Para Ferrière, citado por Gadotti, “a vida social, bem como a moral, o sentido do bem e do mal na vida coletiva, não podem ser apreendidos a não ser na prática” (in GADOTTI, 1997).

Um dos primeiros momentos da superação do individualismo e da competição é a consciência dos alunos de que realmente são individualistas e competitivos. Afirma Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, que os seres humanos, “somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora” (FREIRE, 1987). Em seguida, Freire observa que:

Quase sempre, num primeiro momento desse descobrimento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. (...) ‘Reconhecerem-se’, a este nível, contrários ao outro, não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos pólos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário. (...) Os oprimidos têm no seu opressor o seu testemunho de ‘homem’ (FREIRE, 1987).

Em muitos grupos, essa elaboração teórica de Freire se efetiva na prática. Ou seja, nas cooperativas informais de alunos, um primeiro momento foi a tomada de consciência de seu individualismo e competição e o segundo passo foi a reprodução de preconceitos que vinham a reforçar uma cultura de exclusão como o machismo, o racismo, o autoritarismo.

Em algumas das experiências isso parece ter sido superado e foi possível construir a autonomia do grupo, com a correspondência da prática, apesar e em função dos muitos problemas para que isso acontecesse, ao que o grupo almejava enquanto cooperativa.

Como afirma Gadotti, “não há duas escolas iguais, cada escola é fruto do desenvolvimento de suas contradições”. (GADOTTI, 1997). A autonomia dos educandos em suas vivências cooperativas, entretanto, é decisiva para o processo de construção da consciência participativa: “O papel importante da autonomia (self-government) é o processo de ‘socialização’ gradual das crianças. (...) A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão”. (GADOTTI, 1997). Além da oportunidade dos alunos terem os seus próprios espaços de decisão, em forma de experiência cooperativa, as escolas

poderiam oferecer maiores condições efetivas de participação aos alunos nas decisões que dizem respeito à escola.

A opção pela educação cooperativa, portanto, pressupõe para a escola o desafio de abandonar o “medo da democracia” e de afirmar seu compromisso com a construção de um processo de crescente inclusão e participação, que culmine com a conquista de maior liberdade. Todas as relações entre seres humanos são relações de poder; a saída para o problema está na forma como concebemos e nos relacionamos com o poder. Nesse sentido, a educação cooperativa, como proposta multidisciplinar, baseada na ação coletiva e na constante reflexão crítica sobre experiências concretas de alunos, pode oferecer elementos importantes para a construção de uma educação baseada na solidariedade e na transformação das relações sociais geradoras de opressão, competição, exclusão, alienação e preconceito.

3.1 DISCURSO POLÍTICO, IMPORTÂNCIA E RELAÇÕES DE PODER

Pelo que se percebe, até, aqui, o campo político é fomentado pelo discurso e pelas práticas. Então, construindo o raciocínio deste entendimento conceitual pela mão inversa, pode-se afirmar que o discurso e as práticas são instrumentos, instrumentalizadores e instrumentalizados pela e da política, de algum modo, na construção de saberes, e nos jogos de poder existentes nas relações sociais, que atendem a interesses vários das partes envolvidas.

Neste sentido, Silva, 1999, ensina que o currículo e a educação produzem e organizam identidades culturais, de gênero, raciais, sexuais, entre outras. Refuta ele a idéia de que o currículo seja um espaço específico para transmissão de informações ou conhecimento. Muito mais que isso, é o espaço político construtivo de identidades em várias dimensões e sentidos, sendo condutor e legitimador de interesses políticos múltiplos, de acordo com a sua organização estrutural, executiva e objetiva. O processo educativo e, mais especificamente o currículo, como narra o autor acima citado, estão envolvidos, são determinantes, de alguma forma, pela identidade atual e futura dos indivíduos e instituições e, conseqüentemente, pelas relações estabelecidas entre todos, nas mesmas dimensões de espaço e temporalidade.

Ainda nesta linha, Silva, 1999, sugerindo que a educação determina o tipo de sociedade vigente e futura, defende a idéia de que modelos educacionais sejam instruídos,

com sentido voltado para interesses sociais reclamados pelas minorias, o que oportuniza de forma mais contundente a percepção da educação como campo político, significante, construtor e condutor de significados, símbolos, idéias, intenções e atitudes:

O projeto hegemônico, neste momento, é um projeto social centrado na primazia do mercado, dos valores puramente econômicos... – ...a educação é vista como simplesmente instrumental à obtenção de metas econômicas que sejam compatíveis com esses interesses. – ...existem outras formas de concepção de uma “boa” educação, ... – ...A educação, nessa outra perspectiva, está estreitamente vinculada à construção de uma sociedade em que a riqueza, os recursos materiais e simbólicos, a “boa” vida, sejam mais bem distribuídos.” (SILVA, 1999).

Compreendendo, então, que a educação está no campo político e efetivamente constrói e determina realidades de acordo com a sua programação, forma, conteúdo e apresentação, convém lembrar que, por certo, existam jogos de poder nesse campo. Em outros termos, sugere-se que há, de alguma maneira, espaços de tensão, onde forças ou núcleos de poder, dentro da própria educação, se enfrentam e disputam zonas de poder e de autoridade e, porque não dizer, produzam, inclusive, interseções, em prol das suas próprias sobrevivências e convivências.

Por outro olhar, também ventila-se a compreensão de que a educação atue no campo político social, demandando disputas nos variados jogos sociais de poder, a fim de construir e consolidar realidades interessantes a blocos ou segmentos sociais diversos que, ao mesmo tempo em que instrumentalizam a educação para operar favoravelmente, utilizam-na como ferramenta de domínio, imposição de interesses e, por que não reafirmar, controle. Isso passa pela representação. A educação não deixa de representar no seu discurso. Representa o outro. Define o outro, pelo seu olhar. Isso implica dominação. O outro é ou está pelo olhar de quem ou daquilo que o representa. Assim, a educação também pode, e entende-se que o faça: excluir o anormal, pela definição do que é ou daquele que seja “normal”, definir o diferente, pela definição dos iguais, construir a identidade do outro, delimitar e construir ideologias, que, na prática, significa “enquadrar” realidades, ou seja, “construir realidades”.

Silva, 1999, quando trata das questões de representação, afirma, sobre o tema:

A diferença nunca é apenas e puramente diferença, mas também e fundamentalmente hierarquia, valoração e categorização. Por outro lado, essa hierarquização – que permite afirmar o que é “superior” e o que é

“inferior” – é estabelecida a partir de posições de poder. ... – ...As relações de diferença são, desde o início, relações de poder, construídas, como diz Hall, no interior dos processos de representação. ... – ...A própria diferença é sempre o resultado – nunca definitivo – de um processo de construção. ... – ...Não é preciso dizer que a educação institucionalizada e o currículo – oficial ou não – estão, por sua vez, no centro do processo de formação de identidade. (SILVA, 1999: p.26).

Depreende-se, claro, que a educação cooperativa – não formal, por sua vez – não fuja disso, muito, pelo menos, uma vez que ela é legitimadora e garantidora, através de suas práticas discursivas e não-discursivas, dos interesses do segmento sócio-produtivo da cooperação. Ela vem engajada numa proposta, em tese, simétrica, sob os aspectos doutrinário e filosófico, pelo menos, evolutiva e sustentadora dos interesses da cooperação. Mais do que isso, enquadra os múltiplos saberes científicos para aproveitá-los no desenvolvimento social do movimento cooperativista. Constrói seu discurso com tais conhecimentos. E, com ele, conclama, converte e engaja indivíduos e instituições, a fim de direcioná-los a esse foco doutrinal ou reforçar a concentração de interesses naqueles que já estão engajados.

Tal papel social da educação cooperativa parece muito claro, sob vários aspectos, considerando que os teóricos que se ocupam com o tema batem e rebatem insistentemente no ideal de sua compreensão. Indo além, ratificam e tentam elevar, sempre, o valor e a importância da educação cooperativa, como quando fala Schneider, 2003, p. 29: “Se a educação cooperativa é importante no contexto de país desenvolvido, muito mais o é em países de Terceiro Mundo.”

Outros exemplos há:

O crescimento de um forte e autêntico movimento cooperativista está indissolúvelmente vinculado ao cumprimento do trabalho educativo que, para ser integral, deve trabalhar de forma equilibrada e harmoniosa a difusão de valores e princípios que compõem a doutrina cooperativista (SCHNEIDER, 2003: p.54).

Frente ao ressurgimento da importância do cooperativismo, conseqüentemente, recoloca-se, também e com ênfase, a questão da educação em organizações cooperativas (FRANTZ, 2003: p.69).

Frantz, 2003, salienta que em tempos de mudanças e globalização, a cooperação tem uma missão fundamental que perpassa e transpõe o campo econômico, flutuando sobre questões ambientais e da própria sobrevivência da espécie humana. Sugere que práticas

cooperativas e ou associativas são e serão cada vez mais necessárias para uma mudança paradigmática de convivência e sobrevivência da humanidade no planeta, em contrapartida ou como meio alternativo, diante do sistema capitalista ocidental hegemônico, de subsistir e produzir da sociedade.

Schneider, 2003, reúne informações acerca da educação cooperativa pelo mundo, considerando sua importância para o movimento: institutos universitários europeus autônomos e independentes voltados para a cooperação desenvolvem pesquisas no segmento, para fundamentar e apoiar teórica e praticamente cooperativas daquele continente. Decorre, daí, vasto material de pesquisa – teses e dissertações. Cita, como exemplo, cooperativas de grau superior alemãs – confederações, federações ou centrais – que financiam pesquisas acadêmicas permanentemente, em parceria com o Estado e Universidades.

Em várias universidades da América Latina e do Brasil, surgiram institutos especializados de cooperativismo, onde iniciaram um intenso trabalho educativo e de capacitação, introduzindo disciplinas de cooperativismo nos diversos cursos, realizando seminários, estabelecendo fóruns de debate, em especial nas áreas de economia, administração, direito, psicologia, ciências sociais, etc. Há países onde esta colaboração e parceria entre universidades e cooperativismo é vista com desconfiança pelas cooperativas. Em outros países, há uma grande cooperação entre cooperativas e institutos universitários de cooperativismo. Na Alemanha, por exemplo, há uma ativa participação das cooperativas no financiamento das tarefas de pesquisa e assessoria das universidades. Em geral, os meios econômicos para a sustentação destes institutos provêm de três fontes: da própria universidade (locais, funcionários e serviços de secretaria), dos Estados e das municipalidades e dos organismos cooperativos de grau superior. Há importantes institutos de cooperativismo, com longa tradição em pesquisa e docência em vários países, como no Canadá, na França, na Espanha, na Itália, nos Estados Unidos.

Como se depreende, a teorização que contempla a educação cooperativa se mostra unívoca, quando declina sua importância vital da educação para com o movimento da cooperação, como já discorrido, até, então. Assim, cabe questionar como se percebe, nos discursos dos mesmos teóricos, reclames de descaso do sistema cooperativista com essa instituição, a educação cooperativista. Nesta linha, Schneider, 2003, acusa que empresas comerciais progridem tecnologicamente muito mais rápido do que a educação cooperativista, que em nada avança

3.2 DESCASO DAS COOPERATIVAS COM A EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Schneider, 2003, acredita que há alguns fatores importantes que obstam o desenvolvimento dos processos educativos na cooperação, no seio das cooperativas brasileiras, em geral: em primeiro lugar, a não participação dos associados na gestão de suas respectivas cooperativas, em razão de que muitos não se sentem donos. Pelo contrário, sentem-se alijados da tomada de decisões, não são efetivos partícipes de reuniões ou assembléias, abrem mão do direito de participação. Repassam a um grupo de gestores as rédeas institucionais, considerando não dominarem, eles próprios, os saberes necessários à gestão. Dentro disso, o crescimento das cooperativas determina a profissionalização institucional, o que afasta, mais ainda, os associados da gestão participativa, causando isolamento espacial, de conhecimento e de poder, e por que não dizer, cultural, dentro da instituição.

Um segundo tópico discutido é a existência de ambientes pouco participativos em assembléias gerais nas cooperativas, em razão da técnica envolvente no relato de informações e na tomada de decisões. Especialistas discutem questões técnicas em várias dimensões e sentidos, enquanto os associados, desprovidos de ferramentas de conhecimento, estão distantes dos discursos, da compreensão das realidades técnico-científicas discutidas e, conseqüentemente, das decisões adotadas.

Estudos Cooperativos. Convertido em universidade, oferece desde 1945 um curso universitário de Licenciatura em Cooperativismo (Garzon, 1978, 191). Em anos recentes, lançou também um Mestrado. Na Alemanha e na Áustria, já nas décadas de 1960 e 1970, havia nove institutos universitários de cooperativismo, vinculados às Universidades de Berlim, Erlangen – Nürnberg, Frankfurt, Giessen, Hamburgo, Marburgo, Münster, Colônia e Viena. (Extraído da obra “Educação Cooperativa e suas práticas; Schneider, Odelso;, 2003: p.42 e 43).

As assembleias também são espaços de poder, instruem relações de poder entre cooperados, e entre estes e a cooperativa, e entre esta e o ambiente mercadológico. Pelos variados discursos nela proferidos, determinam poder e identidades, consubstanciando, evidentemente, práticas que fogem aos princípios da cooperação

Outra questão relevante a ser considerada é a infidelidade dos associados. Em decorrência do imediatismo e da visão da “vantagem” sobreposta a tudo, o associado se relaciona com sua cooperativa enquanto for vantajoso para ele. Não sendo, afasta-se.

O sócio é imediatista, é sôfrego em buscar o resultado, é oportunista nos negócios, é antes de tudo o indivíduo e não a sociedade. Enquanto a sociedade caminha lenta, gradual e sistematicamente, visando à segurança do presente e enraizando bases sólidas para o futuro, o sócio só percebe o presente e se aninha no passado. (BENATO, 1994 apud SCHNEIDER, 2003).

A capacidade que as cooperativas possuem em retratar internamente a estratificação social do ambiente no qual estão inseridas é outro fator obstante à educação cooperativa. Mesmo postas estruturalmente como democráticas, na adoção de ações e na tomada de decisões, as relações de poder se refletem tal qual na sociedade em geral, propiciando, daí, espaços de alienação, de estranheza, de não identificação do associado com seu empreendimento, como cita o autor, e de passividade de conduta e postura, prosperando segmentações hierárquicas e retrocessos de iniciativas educacionais.

O fato das cooperativas concorrerem num mercado globalizado e, simultaneamente, terem que atender ao associado, nos seus interesses exigidos justamente pelo fato da sua vinculação voluntária ao empreendimento, se mostra, também, como fator restritivo relevante. Se por um lado, os ditames mercadológicos expressados claramente nas grandes empresas transnacionais, atingem e exigem estratégias idênticas de sobrevivência das cooperativas, por outro, há que se falar em todo um aparato histórico, doutrinário, ideológico, subordinante e determinante das práticas de produção cooperativistas.

As decisões que produzem reflexos de médio e longo prazo possuem o caráter democrático. As assembleias detem com exclusividade o poder decisório sobre muitos temas, assuntos e interesses institucionais, diferentemente de empresas de cunho privado, onde as decisões estratégicas são adotadas por lastro técnico e menos burocrático. Isso provoca morosidade e perda de potencialidade e competitividade produtiva. Monta-se, assim, um quadro institucional bem menos flexível, que, conseqüentemente, reflete-se nas práticas, nas relações, na comunicação e na educação cooperativa. Eis, então, outro ponto restritivo a esta, não menos importante que os demais

A restrição no campo da capitalização diz respeito a peculiaridades do negócio cooperativa: as cooperativas não são instituições que ofereçam o melhor retorno de capital para investidores, em razão da remuneração do capital ser proporcional às operações dos associados e não do montante investido. Paralelamente, a descapitalização das cooperativas ocorre em face do desligamento de associados, enquanto, na iniciativa privada, não se vê tal descapitalização, em razão da venda das ações. Dentro disso, ainda, Schneider sugere que empresas capitalistas apelam, não raro, para sonegação fiscal, recurso inapelável pelas cooperativas que operam com maior transparência contábil e financeira.

A autonomia das cooperativas fica ameaçada, quando a intervenção do Estado avança além dos incentivos, invadindo campos de controle. Isso representa uma restrição. A intercooperação, princípio que busca a integração entre cooperativas ainda não atingiu níveis mínimos razoáveis, uma vez que empresas capitalistas sabem “cooperar” entre si, de maneira muito mais efetiva e eficiente. Por fim, outro ponto restritivo levantado pelo mesmo autor é o fato de que a gerência e Conselho de Administração de cooperativas são instituições diferentes e, como tal, devem ser operadas ou executadas também diferente e separadamente.

Enquanto a gerência executa tecnicamente a cooperativa, o Conselho tem a função político-decisória acerca dos interesses da coletividade e da instituição. A mescla ou mistura dessas funções se traduz, também, como séria restrição.

Diante de todas essas considerações restritivas, por certo, há que se abordar ou, pelo menos questionar, se a Educação cooperativa ensaiada em teoria atinge as cooperativas nos seus interiores, junto às suas práticas diárias produtivas e as suas relações internas.

Este quadro restritivo sugere que, de alguma forma, as cooperativas operam dentro do mercado capitalista, com atenção e práticas voltadas para as regras de mercado, menosprezando, por vezes, a estrutura doutrinal que as sustentam institucionalmente, e, conseqüentemente, deixando de atender a princípios fundamentais básicos de valorização humana e aos interesses de seus sócios-proprietários, razão maior de suas existências.

É preciso afirmar que, de algum modo, as cooperativas precisam aprender a aprender educação, como menciona Schneider, 2003, uma vez que não se estabelece um canal sináptico entre a teorização da educação e as práticas cooperativas. Há um isolamento das cooperativas, que não conseguem receber ou perceber a educação cooperativa despejada, difundida teoricamente. Logo, não recebem os benefícios dela e que com ela advem, colocando, conseqüentemente, a si e ao sistema cooperativista como um todo, em risco.

Produzem muito e muitas coisas na condição de cooperativas, mas não “cooperam” na mesma intensidade, enquanto produzem, desenhando-se como empresas disformes sob o ponto de vista doutrinário-ideológico, assentando-se no mundo pela via da legalidade, da legitimidade jurídica, mas, simultaneamente, também, fragilizando-se institucionalmente, pelo enfraquecimento dessa própria identidade técnico-legal, quando não se postam convictas e adequadas através das práticas e discursos necessários ao segmento institucional ao qual pertencem. Schneider contribui neste sentido enfatizando:

...a única razão que permitiria a expansão indefinida das cooperativas seria uma inquebrantável convicção sobre a superioridade moral da cooperação, quando comparada com as empresas capitalistas... (LASSERRE, 1980 apud SCHNEIDER, 1999).

Importante salientar que pesquisas neste sentido são necessárias, vez que este ensaio não objetiva fechar a discussão ou o diálogo, mas, sim, reforçar a idéia basilar instalada de que cooperar e educar são fenômenos indissociáveis, que se complementam de forma unívoca, sob muitos aspectos, devendo fluir seus conteúdos teóricos ao interior das cooperativas. Estas precisam estar receptivas a tanto. Assim, reduzidas as restrições nos pontos de contato, entre o campo teórico e as práticas em cooperativas, constituir-se-á – espera-se – um quadro prático-social no mundo das coisas e das pessoas, que levará por diante os interesses e benefícios às partes envolvidas no contexto cooperativista e à consequente expansão do movimento social da cooperação

CONCLUSÃO

A educação cooperativista é de fundamental importância, e para implementá-la é necessário muita dedicação e esforço, sendo a colaboração e o apoio de todos os envolvidos extremamente importante para a perenidade desta.

Com este trabalho, pode-se verificar que a educação cooperativista é uma ferramenta indispensável para a disseminação do movimento cooperativo, com a função de promover a doutrina de maneira clara, e com o objetivo de formar novos idealizadores do movimento, que sejam capazes de participar das mudanças sociais trazidas por este modelo econômico, que se baseia principalmente na igualdade, a fim de proporcionar condições dignas de sobrevivência a seus cooperados.

Portanto, a Educação Cooperativa é uma ferramenta extremamente importante para promover transformações nas relações sociais impostas pelo capitalismo, que se baseia na individualidade e competitividade, diferentemente do cooperativismo que tem como bases, a igualdade e solidariedade, visando o bem estar de todos os envolvidos e não de uma pequena minoria.

O conhecimento seguro do sentido e conteúdo dos Princípios Cooperativos, tal como a ACI os concebe hoje, é uma condição necessária para se percorrer sem equívocos o caminho da sua eventual e permanente atualização. Acima de tudo, a base da cooperação é o membro, cujos interesses e necessidades devem sempre traduzir-se nos objetivos e nas atividades das organizações cooperativas, as quais devem estar alicerçadas no Princípio da Educação, Formação e Informação.

Todas as cooperativas devem tomar providências para a educação dos seus membros, empregados, dirigentes e do público em geral, nos princípios e técnicas tanto econômicas como democráticas da cooperação.

A educação, formação e informação cooperativa não poderá deixar de incorporar uma componente técnica, mas envolve necessariamente também uma vertente doutrinária, devendo incidir, quer nos aspectos empresariais da vida cooperativa, quer nos aspectos associativos.

Pelo contrário, o desenvolvimento da educação implica uma estratégia, uma complexa planificação e articulação das medidas e tarefas, em suma, uma política. Pois a

importância decisiva da educação para o desenvolvimento cooperativo há muito que é reconhecida.

Por fim, o conceito cooperativo de educação é um processo que dura toda a vida, pois a educação cooperativa deve ser uma educação permanente, alertada para a possibilidade de a cooperativização do processo educativo lhe abrir novos horizontes.

Pois, o relevo da educação no Sistema dos Princípios não esgota, no entanto, todo o seu significado em termos de cooperatividade.

O cooperativismo sempre foi considerado como a terceira via para o desenvolvimento, entre os modelos sinalizados pelo capitalismo e pelo socialismo.

REFERÊNCIAS

AIDAR, M.M. Qualidade humana. As pessoas em primeiro lugar. São Paulo, Malteses, 1995.

ALVES, J.F. Metrôpoles cidadania e qualidade de vida. São Paulo, Moderna, 1992.

ANTUNES, Luciano Medici – Agro Qualidade total na Agropecuária. Guaíba – RS, Ed. Agropecuária Ltda, 1997.

BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das Cooperativas no processo de Desenvolvimento Econômico dos Países do Terceiro Mundo. Porto Alegre RS, 1990 (Col. Cooperativismo 4).

BIRCHALL, J.: The International Cooperative Movement, Manchester University Press, (Manchester 1997a).

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16.12.71. Política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. (DOU de 16.12.71)

CAMPOS, V. F. O valor dos recursos humanos na era do conhecimento. Minas Gerais. 1995. Sografe.

CARELLO et. al, Luis A. Cooperativismo y desarrollo. Buenos Aires: INTERCOP, 1979.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 65.

CREDIRURAL AGROVALE – Ata de Constituição e Estatuto Social, junho/1989. Quirinópolis – Go.

CRIADORES. Revista dos Criadores, Ano LXVII, nº 807, Agosto/97.

DRIMER, Alcía e DRIMER, Bernardo. Las cooperativas escolares, Buenos Aires, Intercoop, 3ª ed. 1987, p.53-61.

DUARTE, Laura M.G. Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S. – O cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, L&PM, 1986.

DURÃO, Aylton. Barbieri. HABERMAS: OS FUNDAMENTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. Trans/Form/Ação, São Paulo, 32(1): p.119-137. 2009.

EGWART, Helmut. Organização do Quadro Social em Cooperativas. 2ªed. Brasília, OCB, 1990.

FERREIRA, A.B.H. (1975. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.

FERRINHO, Homero. Educação cooperativa. Lisboa Livraria Popular. Francisco Franco, 1985.

FRANTZ, Walter. Educação para o cooperativismo: a experiência do movimento comunitário de base de ijuí In: SCHNEIDER, José Odelso.(Org.) EDUCAÇÃO COOPERATIVA e suas práticas. 1ª ed. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003. P. 59-108.

_____, Walter, EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO: práticas que se relacionam. Sociologias: Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001. p. 242-264.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,. 1987

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética de Educação – Um estudo introdutório. São Paulo : Cortez, 1992.

_____, e Romão, I. Eustáquio. Maringá. A escola cooperativa. In: A educação e o município – sua nova organização. Brasília. Cadernos Educação Básica, série inovações 3, MEC, 1993.

_____, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.).Autonomia da Escola: Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GARZON, J. (1978). Die Situation des Luchses in Spanien. In Der Luchs in Europa— Verbreitung. Wiedereinburgerund, Rauber—Beute—Beziehung, ed. A. Festetics. Kilda-Verlag, Greven, pp. 161—9.

GIL, Antônio Carlos. Projeto de Pesquisa. 3ª ed., São Paulo, Atlas, 1994.

GUIMARÃES, Mário Krueel. Curso Básico de Cooperativismo. Primeira a Décima Parte. Porto Alegre, COCECRER – RS, Divisão de Educação e Comunicação, 1985.

GUIMARÃES, Mário Krueel. Painel sobre cooperativismo de crédito rural. Porto Alegre, FECOTRIGO, 2ª ed.

HIEBSCH, H. X. WORWENG, M. Introdução à Psicologia Social Marxista. Portugal, Novo Curso Editores, 1992.

JUNQUIRA, E. Magnani, G. DINIZ, C.C. Baeniner, R. (1998). Revista Veja. A boa vida no interior (1537), 1970-1976.

KLAES, Luiz Salgado; SALN, José Francisco. O Estado da Arte e a Educação Cooperativa. Florianópolis: s.e., 1997.

LAKATOS, E.M.; MARCONI. M.A. (1991). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo. Atlas.

LIBÂNEO, Cipriano Carlos. Democratização da Escola Pública. São Paulo: Loyola, 1990.

NAKANO, Marilena; FARIA, Aparecido de. EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS uma alternativa diante do desemprego. São Paulo em Perspectiva:, São Paulo.SP: p. 3-12, 1998. Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_05.pdf. Acesso em 17.03.14.

_____, Marilena, (1998) Apresentação. In: ANTEAG. (1998). Empresa social e globalização. Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo. ANTEAG. 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) PRODUZIR PARA VIVER. Os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, T. T. Documentos de identidade - Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SCHNEIDER, José Odelso. EDUCAÇÃO COOPERATIVA e suas práticas. 1ª ed. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003.

WATKINS, William Pascoe. Los Principios Cooperativos hoy y mañana. Bogotá: ESACOOOP, 1989.